
O FATALISMO COMO ESTRATÉGIA COLONIAL

[Fatalism as a colonial strategy]

RAPHAEL SANTOS LAPA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Resumo: Entender o contexto político e ético de estaticidade que permeia uma sociedade colonizada é o objetivo do presente artigo. O caminho trilhado para tal é a tentativa de entendimento de como a noção de fatalismo afeta as ações políticas e morais de uma coletividade. Com esse intuito será realizada uma investigação que é transversal a três tipos de fatalismo: o científico, o religioso e o metafísico.

Palavras-chave: fatalismo; colonialidade do poder; decolonialidade; agência.

Abstract: Understanding the political and ethical context of staticity that permeates a colonized society is the aim of this article. The path taken for this is the attempt to understand how the notion of fatalism affects the political and moral actions of a collectivity. With this intention will be carried out an investigation that is transversal to three types of fatalism: scientific, religious and metaphysical.

Keywords: fatalism; coloniality of power; decoloniality; agency.

La más tremenda e inflexible de las formas de opresión es aquella que ejercen las leyes de la naturaleza, obligándonos a transcurrir en un mundo aparentemente clausurado a las potencias sagradas (Rodolfo Kusch em América Profunda, 1962)

1. INTRODUÇÃO

As diversas assunções e termos semelhantes, assim como as distintas discussões em áreas como epistemologia e metafísica, nos levam à obrigação de iniciar o presente artigo com um recorte bem explícito do que se quer dizer com essa noção de fatalismo. O termo é aqui entendido no sentido de se estar sob um evento necessário, que não poderia ou deveria¹ ser de outra maneira. O fatalismo permite o entendimento de um mundo em que as coisas estão em ordem absolutamente necessária, onde o espaço para a contingência fica restrito à hipótese.

Ao se falar de fatalismo explicita-se o processo de inanimar determinado contexto. Naturalizá-lo. Retirar sua agência. Não há possibilidade ética, não há mérito e também não há reparação. Como destaca Hilan Bensusan:

Viver na natureza é viver sem méritos. Aquilo que é tratado como natural fica fora do espaço da justiça; fora de qualquer âmbito de reivindicação, de qualquer protesto. O que é posto na inanimação é retirado de qualquer política. (BENSUSAN, 2017, p. 94)

É a estratégia colonial em seu interior, renovam-se os elementos fatais, mas não se retira o elemento determinístico. A colonialidade do poder (QUIJANO, 2002) é processo de violência expansiva em escala global frente a outras possibilidades de vida, mas é, para além disso, um processo de avanço que se coloca

¹ Trata-se de distinção relevante quando em uma análise filosófica distingue-se possibilidade e necessidade. Entretanto, como explicado ao longo do texto de forma diluída, para o (in)agente colonizado o estado presente é necessário, tal qual o passado e, de forma, análoga, o futuro. As ações pessoais contêm possibilidades de ação, a mudança externa, por sua vez, não.

como necessário e completamente impossível de se desviar. Seu *leitmotiv* é a impossibilidade de outras experiências. Trata-se de processo de violência sedutora, pois se há motivação inicial inescapável, pensar em outra possibilidade seria simplesmente uma loucura. A colonialidade muda seu “motor imóvel”, mas a inevitabilidade permanece. Ao se retirar a agência, a possibilidade de ação, não há mais política, não há mais direitos e não há mais possibilidades de justiça.

Ora, o termo em latim que origina o vocábulo fatal, em seu uso anterior, dizia respeito a uma profecia divina, ao ato de falar uma predição, uma sina ou um fardo (SARAIVA, 2006, p. 476). *Fatalis mors*, por exemplo, é a morte natural. Ou seja, pensar em termos de fatalidade era também pensar em termos de resignação, já que a impossibilidade de se escapar não permite a possibilidade de ação anterior.

Esse ponto é importante pois Dummett (1964) em sua discussão acerca da causalidade entre passado e presente define fatalismo e, logo depois, traz um argumento análogo ao que está tratando em seu artigo e muito utilizado no período da Segunda Guerra Mundial:

Aqui defino fatalismo como a visão em que há um intrínseco absurdo em fazer algo de maneira que alguma outra coisa aconteça subsequentemente; que qualquer ação – uma ação feita com um propósito ulterior – é necessariamente sem sentido. (...) o fatalista argumenta: “ou você será morto por uma bomba ou não. Se você for, então quaisquer precauções que você tomar não terão efetividade. Se você não for, então todas as precauções que você tomar serão supérfluas. Logo, é sem sentido tomar precauções.” (DUMMETT, 1964, p. 345)²

A contra-argumentação mais utilizada para esse argumento aparentemente tautológico é o de que o futuro ainda não aconteceu, sendo assim,

² No original: “I here characterize fatalism as the view that there is an intrinsic absurdity in doing something in order that something else should subsequently happen; that any such action-that is, any action done with a further purpose-is necessarily pointless. (...) The fatalist argues, “Either you are going to be killed by a bomb or you are not going to be. If you are, then any precautions you take will be ineffective. If you are not, all precautions you take are superfluous. Therefore it is pointless to take precautions.”

não faria sentido argumentar que tomar quaisquer precauções para se livrar de uma bomba seria sem sentido.

O argumento apresentado por Dummett recai sobre uma discussão referente a uma suposta consequência do realismo que pode gerar uma espécie de fatalismo radical. Destaque-se que o fatalismo, entretanto, é uma tese modal, como ressaltado por Meyer: “Dizer que você está destinado a Y significa dizer que você não pode evitar Y e não que você não tentará evitar.”³ (2016)

A análise aqui disposta não se olvidará de estar atento às questões modais anteriormente discutidas. Entretanto, pensar em fatalismos como moldes de ação ética por uma sociedade é um trabalho mais descritivo do que normativo. O que quero expor com essa ressalva é de que quando se discorre acerca de um fatalismo religioso ou científico, por exemplo, estamos a falar de um fatalismo em que além de não se poder desviar, usualmente as pessoas tentarão evitar.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo está em uma discussão mais ampla de uma noção de fatalismo que se apresenta de forma transversal a três categorias: raça, gênero e condição econômica. As construções históricas terminam por naturalizar determinado estado de coisas e um mecanismo bastante recorrente para tal recai em distintas maneiras de realizar determinismos e inevitabilidades.

Fatalismo, em um sentido de psicologia societal, gera resignação. E é esse o ponto. Só é possível oprimir se se convence o oprimido de que ele está em uma posição absolutamente inevitável. Ou em alguns casos, na lógica neoliberal econômica, quando se convence o oprimido de que ele só está em tal situação por culpa exclusiva dele mesmo.

Ora, a título de exemplo introdutório tratemos da questão racial. Raça é conceito completamente variável, móvel e instrumental. Trata-se de definição construída, contingencial. Nas palavras de Tukufu Zuberi:

Nós entendemos que raça repousa na experiência de relações sociais compartilhadas, mais do que em uma unidade (isto é, individual) de

³ No original: “To say that you are fated to φ is to say that you cannot avoid φ , and not merely that you will not avoid it”

características subjetivas compartilhadas como a cor da pele. Embora a classificação racial seja determinada por regras sociais definidas e políticas centradas em indivíduos, a raça representa a forma de relações sociais correntes entre grupos rotulados como “raças” dentro de uma população. (ZUBERI et al. 2015, p. 110)⁴

Nesse sentido, raça encontra-se dentro da movimentação histórica possível, encontra-se dentro do “trágico” da história. Por trágico aqui signifique-se as limitações da capacidade de ação do conceito. Ou seja, raça varia com o espaço geográfico e com o tempo linear histórico. Conforme destaca Quijano:

Assim, o conceito de raça se traduz enquanto um moderno instrumento de dominação social, “constructo ideológico, que nada tem a ver com a estrutura biológica da espécie humana, e tudo a ver, em compensação, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado” (QUIJANO, 1998, p. 102)

O movimento colonial necessita, entretanto, de uma busca por um elemento final. Ou seja, necessita de uma causa última que justifique a natureza de uma condição de submissão. Assim, como fazer com que o oprimido esteja resignado a sua posição? Naturalizando-se seu estado. Situação esta que foi realizada por diversos empreendimentos que se apresentavam como “inevitáveis ou necessários” ao pensamento comum. A esse respeito deve-se destacar, fatalmente, a religião e a ciência.

Se a religião, por si, não alcança o público secular, a ciência supre essa lacuna. Não se tratam somente de dois períodos históricos distintos no qual em um primeiro momento a religião consegue justificar a opressão, mas também de momentos concomitantes como se percebe muito transparentemente nos dias de hoje.

⁴ No original: We advance that race rests on the experience of shared social relations rather than a unitary (i.e., individual), shared subjective characteristic such as skin color. Although racial classification is determined by socially defined rules and policies that center on individuals, race represents the form of ongoing social relations between groups labeled as “races” within the population

Há que se falar ainda acerca de um fatalismo de cunho metafísico. É secular, mas não científico, e acontece principalmente em uma dimensão social. A meritocracia moderna, a título de exemplo, pode se encaixar nessa análise.

As diversas discussões a respeito de uma história no homem africano (MBEMBE, 2014, p. 151) também podem recair sob uma tentativa de naturalização via conceitos metafísicos. Nas palavras de Fanon, todas as formas de exploração têm elementos de semelhança:

Todas as formas de exploração se parecem. Todas elas procuram sua necessidade em algum decreto bíblico. Todas as formas de exploração são idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo “objeto”: o homem. Ao considerar abstratamente a estrutura de uma ou outra exploração, mascara-se o problema capital fundamental, que é repor o homem no seu lugar. (FANON, 87)

A noção de um fatalismo metafísico é distinta das duas anteriores em um aspecto relevante. Se há resignação anterior na ação dos que estão sob o domínio da religião e da ciência, na nova noção de fatalismo metafísico, é possível a ação, mas o resultado, frustrado ou não, já está dentro da expectativa. A exemplo disso pode-se citar uma pessoa que em sua condição social pode simplesmente se resignar e nada fazer quanto a isso, seja por motivo religioso ou científico ou aquele que ao tentar uma melhora em sua condição econômica não a consegue, mas pensa que a culpa por tal fato deve-se a si mesmo. Esse é o movimento colonial de dominação mais cruel, pois se os fatalismos científico e religioso atribuem a responsabilidade à externalidade, o metafísico faz com que a responsabilidade se transforme em culpa interna constante.

Sendo assim, pretende-se nesse pequeno artigo analisar essas três dimensões de fatalidade que justificam uma hierarquia que se pretende imóvel ou seja que são parte de uma estratégia colonial. São essas dimensões as dos fatalismos: (i) religioso, (ii) científico, (iii) metafísico.

2. O FATALISMO RELIGIOSO

As mais diversas críticas já foram realizadas quanto ao caráter de dominação utilizado no discurso teológico, especificamente em termos cristãos⁵. O determinismo teológico perpassa períodos históricos relevantes. A despeito disso é relevante ainda hoje a crítica que deve ser feita aos diversos recursos morais utilizados para expressar o fatalismo religioso⁶.

A maioria da população brasileira e, também da América Latina, está sob uma ética cristã, parte também do processo colonial. Uma ética que, em si, não carrega elementos que justificam sexismo, racismo, homofobia etc. Entretanto, a lógica de exclusão e de hierarquização, baseia-se em fatalismos. Sendo a religião parte inegavelmente partícipe da construção do cidadão a qual fazemos referência, sua construção é impactante o suficiente para moldar ações morais do cotidiano.

A ausência de possibilidade do sacerdócio, seja católico ou protestante, por parte de mulheres é ainda hoje um instrumento de dominação sexista bastante presente. O debate no âmbito dos vários recortes de gênero, como a figura de rosto masculino como expressão da essência divina ou a recuperação do corpo negro como lugar de manifestação divina são matérias recorrentes nas linhas de teologia feminista (KROB, 2014). As comunidades que permitem uma pequena abertura nesse sentido geralmente encontram-se rechaçadas por um discurso baseado em interpretações fundamentalistas.

Nas décadas de 80 e 90 era comum a existência de literatura panfletária e discursos inflamados em igrejas pentecostais acerca da origem das raças a partir

⁵ Seja como a crítica apresentada por Feuerbach onde a religião apresenta-se como projeção das relações humanas, ou seja, sob um corte mais específico; seja em Nietzsche em uma análise mais ampla acerca da moral cristã como lugar de dominação dos mais fracos. Em ambas análises o aspecto de resignação frente a um estado de natureza advindo da inevitabilidade do divino é aspecto relevante em uma sociedade religiosa.

⁶ É conhecido o debate entre arminianismo e calvinismo que ainda hoje perpassa os debates teológicos acerca do livre-arbítrio e da potencialidade da onisciência. Entretanto, a referência utilizada para análise encontra-se na resignação frente não somente a uma escolha, mas à decisão da mesma quando se toma uma escolha com livre-arbítrio. Ou seja, faço referência ao sujeito que diante de diversas escolhas reconhece sua resignação perante as consequências das mesmas pois foi inevitável que assim ocorresse.

de uma divisão bem particionada entre brancos, negros e indígenas. Eram discursos que se baseavam em determinadas passagens bíblicas e misturavam fatos pseudocientíficos. Há, por exemplo, em um desses panfletos de Lourenço Rodrigues, a seguinte passagem:

Quanto ao povo não civilizado descendentes do homem silvestre (negro) que também foram salvos na arca. Deus, o criador, omitiu sua história das páginas do Livro Sagrado, deixando-o para o futuro, na próxima dispensação quando o homem silvestre receberá os direitos de primazia da criação humana. (RODRIGUES, 1992)

Trazer essa literatura panfletária é relevante para entender a formação dessa psicologia que ainda perpassa muito do pensamento popular. A admiração e espanto não devem ser tantos ao observarmos que o discurso de inferiorização da raça negra encontra amparo em debates teológicos de parlamentares⁷ e teólogos até os dias de hoje.

A importante observação que deve ser destacada está nos portadores das mensagens de inferiorização racial ou de gênero. Os grandes pregadores defensores da origem da raça negra em uma ascendência amaldiçoada são também negros. Os defensores da inferioridade da mulher em relação ao “cabeça” da casa eram também mulheres em cultos quase que exclusivamente dedicados a mulheres e crianças, os ditos “círculos de oração”. Parece-nos uma questão de assimilacionismo e resignação, elementos e instrumentos coloniais recorrentes.

Por sinal, os líderes que defendiam também uma noção de que pelos governantes só se deve orar e resignar-se pois são escolhidos por Deus também moram e cultuam em locais de grande miséria.

Essa ressalva só nos é interessante para demonstrar que a moral cotidiana encontra uma raiz muito profunda nessa dimensão espiritual. E essa dimensão é, na práxis, determinista. Se, por um lado, as orientações teológicas das

⁷ Não é incomum as referências de personagens como Marco Feliciano ao defender a maldição da raça negra baseado em uma teologia racial bem explícita.

igrejas sempre foram referenciadas no livre-arbítrio, por outro, o cotidiano carrega um caráter de resignação muito presente.

Se o divino assim o determinou é fatal e inegável que ele quer que essa ordem assim se apresente. Mais profundo que o fatalismo nesse âmbito é a noção de determinação, pois sua situação de inferioridade enquanto negro, mulher ou pobre não reside somente numa situação que não se pode mudar, mas em uma situação que não se deve mudar. Nesse sentido, não se trata somente de uma fatalidade, mas antes de uma determinação. Trata-se, sobretudo de uma questão ética e não metafísica.

Tentar mudar sua situação não se apresenta somente como uma impossibilidade, mas também como um erro ético. É moralmente errado e materialmente impossível. Resta-se a fatalidade e determinação de uma ordem pré-estabelecida.

Há ainda que se destacar a análise de Benjamim (2013) em seu pequeno ensaio “O capitalismo como religião”. Na construção de sua argumentação, Benjamim nos traz a noção de que o capitalismo, em contraposição a Weber, trata-se de um fenômeno essencialmente religioso e não meramente condicionado por esta. O capitalismo seria, assim, um culto constante de caráter não expiatório, mas de atribuição de culpa. O capitalismo seria essa marcha de inevitabilidades, de uma ordem necessária que atribui responsabilidade aos humanos por algo acerca do qual não podem mudar. Se a culpa no cristianismo é atribuída a um momento singular anterior vinculado ao Éden – i.e., de um passado inescapável - no movimento colonial a culpa pela sua posição social é também única e exclusivamente sua por um passado que não se pôde ter acesso.

Essa se trata da estratégia colonial em seu sentido mais fino e contemporâneo. Ou seja, é o fatalismo que recai sob uma própria, única e exclusiva responsabilidade individualizada. É uma resignação particular frente a todo e qualquer movimento de ruptura com a ordem estabelecida, é o que chamarei mais a frente de fatalismo metafísico.

3. O FATALISMO CIENTÍFICO

O discurso de dominação, entretanto, não somente se apoia nessa dimensão espiritual. Para alguns, há uma demanda por um substituto tão exigente quanto às pré-determinações divinas. Sendo assim, os discursos de inferiorização de grupos terminou por recair em discursos científicos. Se o deísmo foi trocado pela ciência, exigiu-se também dela elementos que justificassem uma legitimação para inferiorizar os grupos dominados.

Nesse sentido, combater o discurso de que raça não é um conceito genético é tarefa que ainda hoje se faz necessária. Nas discussões de gênero, por exemplo, a biologia é buscada frequentemente para observar as distinções entre as feminilidades e masculinidades com o intuito de inferiorizar. É certo que há diferenças biológicas, mas não diferenças que possam justificar a inferiorização em si ou mesmo a completa ausência de garantia de direitos.

No que diz respeito à raça, verifiquemos o que ressalta Achile Mbembe acerca dessa recorrente busca por uma biologização, a despeito das tentativas já conhecidas de eugenia do século XIX:

Depois de um breve interregno, o fim do século XX e o virar do novo século coincidem com o regresso a uma interpretação biológica de distinções entre grupos humanos. Longe de pôr fim ao racismo, um novo desdobramento da raça ancorou no pensamento do genoma. (MBEMBE, 2014, p. 45)

A distinção entre eugenias realizada por Galton (1883), ou seja, uma de caráter “positivo” e outra de caráter “negativo” demonstram muito bem como o planejamento científico ainda busca justificativa em sua dimensão de resposta definitiva.

Uma eugenia positiva é aquela que busca majorar os seres com um melhor perfil genético, ou seja, busca uma melhoria da compleição física e mental através da hereditariedade. Já a dita eugenia negativa repousa no ideário de diminuição dos seres disgênicos ou inferiores, principalmente através da não reprodução. Para além de resposta última, uma eugenia positiva busca uma

aparente dimensão ética igualmente positiva que parece-nos inescapável. Ora, é inevitável que um melhoramento da espécie seja relevante para sua perpetuação, é o que pode-se argumentar nesse sentido.

É nesse dogmatismo científico que repousará grande parte das práticas genocidas do século XX. Ademais, a continuidade de políticas eugênicas ainda se mantém sob o aspecto de melhoramento genético com fito de evitar doenças futuras ou defeitos genéticos.

O dogmatismo científico traz em si um caráter de inevitabilidade que naturaliza a inferiorização. Se uma lei é considerada natural é porque não há outra maneira de que o mundo assim seja. Não há espaço para contingências no mundo natural. Essa busca por uma naturalização das diferenças termina por justificar a eliminação de tentativas de insurgência quanto a um determinado estado de coisas.

Para além das condições objetivas e históricas, pode-se falar de uma análise dos fatores individuais e, conseqüentemente, de uma psicologia do indivíduo que também tem um forte apelo fatalista. Fanon, por exemplo, concorda que “o problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições” (FANON, p. 84). Entretanto, o referido pensador alerta acerca do perigo desse psicologismo que atribui também responsabilidade ao colonizado por sua condição. Faz uma crítica a Mannoni nesse sentido. Para este havia uma espécie de germén de inferioridade nos colonizados que termina por justificar sua posição frente ao movimento colonial.

Nesse sentido, apesar da superação de estudos mais explícitos que buscam uma justificativa para inferiorização, como a frenologia, a busca pela inevitabilidade científica recai sob novas formas mais sutis de determinação biológica ou científica.

4. O FATALISMO METAFÍSICO

A sociedade afasta a raça, mas mantém o racismo (MBEMBE, 2014). É neste interim que chamo por um fatalismo dito metafísico. Ele reside em uma contínua tentativa de justificar, através de conceitos bem intrincados, uma explicação também para que a subalternidade seja natural.

Ainda no contexto do autor em referência, deve-se destacar, por exemplo, o fatalismo do colonialismo:

Como na altura explicou Paul Leroy-Beaulieu, a ordem colonial é uma maneira de autorizar as relações de força resultantes desta luta. A colonização, afirma, 'é a força expansiva de um povo, é o seu poder de reprodução, é a sua expansão e a sua multiplicação através dos espaços; é a submissão do universo ou de uma vasta parte dele à sua língua, aos seus costumes, às suas idéias e às suas leis'. A ordem colonial baseia-se na ideia segundo a qual a Humanidade está dividida em espécies e subespécies, que podemos diferenciar, separar e classificar hierarquicamente. (MBEMBE, 2014, p. 119)

De tal forma, a tarefa civilizatória recai basicamente no espancamento do outro para que este sirva de exemplo acerca da necessidade inevitável de expansão do povo civilizado. Neste sentido é que Mbembe desenvolve a noção de necropolítica. No Estado moderno, decide-se matar, conseqüentemente o sujeito morre. Em uma noção de colonialismo fundado na necropolítica morre quem o Estado permite que não viva. Não permitir a vida é mais grave e mais amplo que simplesmente matar. É essa a tarefa civilizatória, fundada em uma violência exterminadora. É relevante ressaltar que o momento de fatalidade é duplo: recai, por óbvio, nos subalternos e justifica eticamente a atitude dos opressores.

Para Mbembe a violência⁸ constitui a forma original do direito (MBEMBE, 2006, 42). A soberania, seria assim, o direito e a capacidade de matar. Soberania para o colonizador é uma ocupação que termina por deixar os colonizados em uma

⁸ O conceito de violência empregado por Mbembe advém de uma análise do conceito em Fanon para o qual a violência é o estado primitivo que somente se submete a uma violência ainda maior. (MBEMBE, 2014, pp. 274-275)

terceira zona, entre o status de sujeito e de objeto. (MBEMBE, 2006, 43). A violência é basilar no processo de definição do soberano, pois no fim, a definição pragmática diz respeito ao poder de definir quem tem importância e quem não. O que significa ter o poder de dizer quem tem direitos, ou quem tem “direito a ter direitos”⁹ na definição mais clássica de cidadania dada por Hannah Arendt. (1990, p. 329)

A expansão colonial com sua função de levar o inevitável progresso e a civilidade aos povos selvagens é um fatalismo que reside em um programa moderno atrelado também à noção de raça. É somente nesse momento que o europeu irá se definir, frente ao outro.

A despeito de um possível anacronismo, creio que seja importante ressaltar a publicação de La Boétie no *Discurso sobre a servidão voluntária*. Faz-se essa referência com o objetivo de utilizarmos de uma obra que, em sua análise, talvez deva ser ressignificada quando falamos dos novos estudos sobre a questão da colonialidade. A obra é de meados do século XVI, realizada 50 anos após o início da exploração nas Américas. Ainda assim, trata a possibilidade de liberdade através do simples não se subjugar ou não se submeter à exploração. Ou seja, é o próprio povo que se sujeita ao poder do tirano. É, digamos, o embrião de uma possível desobediência civil.

La Boétie apresenta três motivos para tal. O primeiro deles é o hábito, ou seja, o costume de servir. O segundo, a covardia, que não permite aos escravizados subjugarem seus tiranos. Já o último motivo é a participação na própria tirania por parte de alguns. Entende-se claramente que a questão de La Boétie não diz respeito ao indivíduo, mas a uma análise societal. Entretanto, o elemento da covardia encontrará elementos em diversas justificativas futuras para a escravidão. Ora, é o discurso já apresentado por Mannoni anteriormente. É uma espécie de responsabilização via elemento subjetivo compartilhado. No caso do

⁹ Conforme Arendt, o direito a ter direitos estaria vinculado a uma noção de comunidade, um grupo de pessoas vinculado a uma disposição e capacidade de garantia de direitos. É também uma característica do colonialismo não permitir a liberdade de associação em grupos heterogêneos, sob o estandarte da universalidade e do interesse comum a todos.

negro escravo, a justificativa encontra-se em uma espécie de pré-disposição à servidão, à covardia perante o tirano.

Ora, há ecos dessa pré-disposição no discurso de Börne, para o qual “a obediência foi achada com mais frequência do que foi procurada, e a servidão existiu antes da dominação” (In: Benjamin, 1990, p.86). O autor faz referência ao surgimento do servilismo de forma geral, entretanto, parece esconder os elementos de violência que a “obediência” colonial produz.

Um outro elemento constante nos fatalismos hodiernos, especialmente em um âmbito do neoliberalismo diz respeito ao que vem se chamando de meritocracia. A lógica do discurso dominante traz uma responsabilização do indivíduo perante sua condição econômica. Trata-se de hiper-responsabilidade, pois trancafia o indivíduo em sua própria condição como se não tivesse história ou não estivesse conectado com outros indivíduos e grupos. Aliás, a conexão e história existem desde que estes sejam utilizados para a construção de seu próprio mérito. Caso não se consiga alcançar um padrão de vida para além do mero existir, o próprio indivíduo é responsável por sua condição.

Nesse sentido, há uma inversão cruel na lógica da tirania particular do livre-mercado. Você é pobre, pois assim o quer. A sua própria vontade há de retirar os empecilhos advindos da história, do contexto sócio-econômico, dos preconceitos de gênero e raça. Essa inversão é importante pois recai sob uma resignação constante. O indivíduo irá dizer que seu trabalho só lhe rende o limite do que seu estômago lhe permite não por uma condição social, mas unicamente por uma ausência de esforço individual. Trata-se assim de levar uma liberdade virtual aos últimos limites de uma responsabilidade pessoal.

Nesse intento, destaco, no diz respeito ao recorte racial que a noção do meritocrático pode se esconder inclusive em exames metodológicos empíricos. Conforme relatos do professor Tukufu Zuberi¹⁰ usualmente os estudos demográficos americanos que demonstram uma maior presença de negros em

¹⁰ Conforme conferências realizadas no mês de novembro/2016 na Universidade de Brasília – UnB.

camadas economicamente mais baixas advêm com respostas para o motivo de tal situação que residem em características individuais. Ou seja, ao questionamento “porque a camada mais pobre da população tem em sua maioria pessoas negras?” tem-se respostas como “a pessoa (negra) não se esforçou/estudou o suficiente”. Estabelece-se, assim, padrões e caminhos de sucesso independentes de um projeto social e de uma história.

Sendo assim, o fatalismo metafísico ao qual faz-se referência nada mais é do que a busca por um motor inicial que determina sua condição atual independente de sua ação. É o esvaziamento de uma busca por um divino ou de uma determinação necessariamente metodológica. O homem moderno, nas palavras de Paulo Freire, afunda-se na massificação:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. (FREIRE, 1977, p. 43)

Em complemento à tese de Freire, no entanto, a defesa que faço é que se por um lado o indivíduo em seu mergulho forçado nessa massificação leva-o a uma renúncia de suas escolhas, por outro - e o movimento é, de fato paradoxal -, a massificação atribui a responsabilidade ao próprio indivíduo.

Assim, o indivíduo vê-se em um processo colonial de abdicação de sua individualidade no que diz respeito a suas escolhas cada vez mais definidas por um padrão de consumo global e padronizado. Todavia, ao tentar romper com qualquer ordem, especialmente econômica, esbarra com essa hiper-responsabilização, quase a-histórica e desvinculada desse oceano de massificação cultural. Uma hiper-responsabilização, pois é determinística no resultado, independente de como se tenha agido.

Mais uma vez: o fatalismo esvaziado de um teor religioso ou científico se ancora naquilo que pode ser “natural”, na “coisa em si” ou na “realidade mesma”. Com isso, tudo aquilo que é natural nada mais do que significa e simboliza uma ideologia hegemônica com desejo de perpetuação. A subalternidade é caminho inescapável, pois o mundo assim o é, ou, como na continuação do argumento, pois esta é a melhor das ordens possíveis.

5. CONCLUSÃO

Conforme destaca Mbembe ao longo da sua obra *Crítica da Razão Negra*, racismo, modernidade e capitalismo são dimensões de um mesmo acontecimento ou de um mesmo algo. É o racismo a dimensão social, a modernidade a dimensão política e o capitalismo a dimensão econômica. Os recortes aqui realizados tratam-se de facilitação da visualização de um mesmo problema: a busca por um argumento último que justifique eticamente uma posição de estaticidade frente ao mundo.

159

De tal forma, seja pela via religiosa, científica ou de elementos metafísicos, o colonizador encontra constantemente elementos que possam justificar uma hierarquia estática. Pois para além da criação de hierarquia, os fatalismos criam ausência de vontades para mudança.

Em nossa época, ou ao menos nesse período de história moderna, a retirada de agência do indivíduo é a forma mais cruel de dominação. Como destacado por Benjamim, visualizar o oprimido como um ser da natureza foi o caminho mais crível à burguesia no século XVIII (2013, p. 159). Visualizar o oprimido como um ser natural é retirar sua possibilidade de agência, ou seja, inanimá-lo.

A título de conclusão, pode-se dizer que a violência do fatalismo consegue definir uma resignação por parte do colonizado. Por outro lado, define também uma justificativa ética para o algoz. Aquele que age de forma a gerar opressão também pensa ser essa sua tarefa, a partir de uma inevitabilidade de seu

destino enquanto missionário de uma empreitada civilizatória. Restam, assim, imóveis em suas posições por uma necessidade do mundo natural. Todo o projeto colonial utiliza e melhora os modos como os fatalismos atuam enquanto importantes instrumentos para dominação.

Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. Companhia das Letras, 1990
- BENSUSAN, Hilan. **Linhas de Animismo Futuro.** Brasília. Editora IEB. 2017
- BENJAMIN, Walter. 2013. **O capitalismo como religião.** Rio de Janeiro. Boitempo Editorial. 2013
- DUMMETT, Michael. “Bringing about the past”, **Philosophical Review**, vol. 73, pp. 338-359, 1964.
- FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA., 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977
- GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development.** London: Macmillan and Co, 1883. Disponível em: <https://goo.gl/RGEW3j>
- KROB, Daniéli B. **Teologia Feminista Latino-Americana, Teologia Feminista Negra e Teologia Ecofeminista: partes de um todo.** Disponível em: <https://goo.gl/4u4Je4>
Acesso em 20 de novembro de 2017.
- LA BOÉTIE. **Discurso sobre a servidão voluntária.** Cultura Brasil. 2006
- LOURENÇO, Rodrigues. **A origem das raças – Raça negra.** 1992.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Antígona. 2014.
- _____. Necropolítica. **Melusina.** 2006.
- MEYER, Ulrich. Fatalism as a Metaphysical Thesis. **Manuscrito**, Campinas , v. 39, n. 4, p. 203-223, Dec. 2016.
- QUIJANO, Aníbal. Que tal raza. **Alai**, v. 1, n. 1, 1998.
- _____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos.** Ano 17, nº 37. 2002. Disponível em: goo.gl/ud9rjZ

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Dicionário Latino-Português:** etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico e biográfico. Belo Horizonte. Editora Garnier. 2006

ZUBERI, Tukufu. **Critical Race Theory of Society.** Connecticut Law Review. Vol. 43. N. 5. Connecticut. Julho de 2011.